

Teoria Econômica e Conflitos Sociais: Capital & Trabalho

Maria Angélica Borges¹

Resumo: este artigo aborda a teoria econômica, a partir da sua edificação como ciência e sua relação com os conflitos sociais. A ciência econômica nasce como economia política - influenciada pela história e pela filosofia - edificando a prévia-ideação da complexa realidade do capitalismo, no período da dupla revolução: Industrial (1760/80) e Francesa (1789). Para enfrentarmos tal problemática, do ponto de vista histórico, privilegiamos o corte ontológico de talhe marxiano nas nossas investigações, abordando os clássicos da teoria econômica e os mais representativos movimentos sociais nos séculos XVIII e XIX, tais como: babuvismo, socialismo utópico e ricardiano e socialismo científico na vertente marxiana.

*O contrato não protege efetivamente
contra a injustiça: limita-se a defini-la*

François

Châtelet in Hegel

A teoria do valor trabalho é matizada enquanto teoria econômica na formação do capitalismo industrial. Segundo os principais historiadores do pensamento econômico, é com Adam Smith, no século XVIII, que se tem de forma sistemática a sua gênese. Há várias indicações ao longo do pensamento humano em geral e do pensamento econômico em particular acerca do valor. Mas somente no século correspondente à dupla Revolução, Francesa e Industrial, é que a elaboração dessa categoria - o valor - passa por uma formulação mais precisa na determinação da sua origem, mesmo que circunscrita neste momento inicial à determinação da origem da riqueza.

Tal possibilidade, como já foi indicada na análise marxiana, está relacionada ao desenvolvimento da materialidade social advinda do capitalismo industrial. É a burguesia na sua fase heróica que, como resposta aos problemas colocados pela realidade social, elabora dentro do seu universo doutrinário iluminista, juntamente com a filosofia e a política, também a economia política clássica.

A teoria econômica, desde a sua edificação (Smith/1776) como ciência particular, carrega a tematização do conflito, contemplada no seu ideário. A ciência econômica nasce como economia política. Economia, filosofia e história alimentam o saber econômico no matramento da teoria do valor, edificando a prévia-ideação da

¹ Do Departamento de Economia da PUC/SP.

complexa realidade do capitalismo, concretizando as mediações trazidas pela dupla revolução: Industrial (1760/80) e Francesa (1789).

Como ciência econômica, produção, consumo, distribuição e circulação (como momento da troca) constituem-se objetos de investigação sistemática. Trata-se da investigação da produção material e seus momentos, analisados nas suas correlações, interações e contradições dentro da produção e reprodução da vida material. Todos esses momentos refletem as relações sociais e seu real estágio de desenvolvimento, interligado às disputas que estes momentos envolvem para o ser social.

SMITH

Na produção do saber científico, Adam Smith (1723-1779), filósofo e economista, destaca-se como marco teórico da criação de um ideário próprio da economia. Este autor alimentou-se de toda a tradição do pensamento humano ocidental para chegar à formulação da teoria do valor trabalho. Merecem destaque as idéias econômicas imediatamente anteriores à sua produção intelectual², tanto mercantilistas como, principalmente, fisiocratas, as quais constituem marcos fundamentais à sua obra. Nesta tradição, continuou na busca de leis naturais que pudessem explicar o tecido econômico e oferecer a compreensão científica da atividade econômica. Para tal, construiu o *homo aeconomicus* segundo a lógica do mercado, indo ao encontro dos anseios da classe social que representava. O homem smithiano nasce com a alma capitalista, pois aparece no mundo com a propensão natural para trocar. A troca é imanente ao ser social. Homem e troca possuem uma identidade absoluta. A propensão à troca nasce com a humanidade, portanto é um *a priori* que não precisamos explicar, somente reconhecer. Tem valor axiomático, por isso constitui ponto de partida para o seu edifício doutrinário.

Para o ser social, o reconhecimento da natureza humana comerciante é possível através da fala, órgão que pratica o convencimento do outro e constrói os contratos. Dotado destas qualificações naturais o homem pode maximizar recursos, ser produtivo

² Para a verificação da riqueza desse momento anterior, lembramos a clássica obra de SCHUMPETER (1971). Gostaríamos de ressaltar, especialmente, na parte segunda - itens 1 e 2 - do primeiro volume, a maneira rica e abrangente pela qual o autor caminha da Antiguidade até à Idade Média, postulando os momentos essenciais do pensamento humano e a problemática da produção - objeto da economia - enquanto momento criador das condições de existência da sociedade humana. Cabe frisar a ênfase dada pelo pensador da história das análises econômicas à reflexão dos escolásticos, suas mediações com o saber econômico e suas influências com o nascimento desta ciência. Infelizmente o espaço destinado a esta discussão no todo deste texto não comporta um enfrentamento mais profundo do assunto. Porém, é indispensável sinalizar a sua pertinência à compreensão da teoria econômica, assim como as diferentes correntes que se originaram na segunda metade do século XIX. Temos dentro do pensamento escolástico, ao longo de sua vasta produção, elementos analíticos reveladores da gênese das divergências ocorridas séculos depois.

no seu relacionamento com a natureza e com os outros homens através da atividade laborativa (posição teleológica). A especialização é a resposta para o desenvolvimento, conseqüentemente, a divisão do trabalho passa a ser a racionalização possível. Cada qual, no exercício constante de sua atividade, tenderá, cada vez mais, a produzir mais e melhor. Sendo assim, está dada a chave para que cada indivíduo participe de forma crescente, do trabalho de toda a comunidade.

Neste contexto, o trabalho aparece como gerador do valor e, também, a primeira moeda, portanto: a medida do valor. Todos sabem o quanto custa produzir mercadorias, assim como convencer e/ou ser convencido no mercado, quais são as equivalências possíveis em cada transação. O bom senso, num primeiro momento, pode traçar uma pletora de negociações.

Porém, com o desenvolvimento histórico, as transações econômicas tornam-se também mais complexas, bem como as explicações do movimento da realidade. Smith se propõe a responder a este grande desafio, ou seja, buscar, para o seu momento, a lógica de funcionamento da economia.

O autor escocês percebe que há diferenças substantivas entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas, e será a partir deste reconhecimento que traçará sua medida do valor. Parte de uma equação universal, particularizando-a para cada uma destas fases. Aí repousa toda a sua grandeza e, contraditoriamente, é também a armadilha tautológica de sua concepção de valor.

Trata-se da Teoria da Adição, forma como ficou conhecida a formulação smithiana sobre os preços:

$$P = \text{Renda da Terra} + \text{Lucro} + \text{Salário}$$

Com esta equação estamos diante das categorias que constituem o valor, e estas originam-se da atividade laborativa humana. O homem transforma a natureza através do trabalho e cria todos os instrumentos de produção e da *produção* propriamente dita. No pré-capitalismo todos os elementos que envolvem a produção pertencem ao trabalhador, assim como o fruto de seu trabalho. No capitalismo, as condições da produção estão separadas do trabalhador, gerando antítese na apropriação dos frutos do trabalho. Sendo assim, o trabalhador terá parte do seu trabalho expropriado pelo capitalista, para que haja acumulação de capital. Eis o ponto em

que Smith chega e pára, retorna e rodopia. Eis, também, o ponto que Ricardo retoma³.

Marx alertou-nos sobre as ambigüidades contidas na *Riqueza das Nações*, afirmando que o fundador da economia política clássica fundamenta as linhas gerais da produção, já capitalistas, como formas eternas da produção, segundo a natureza humana. Porém, não deixou de ser um marco. Estamos diante de uma construção teórica que mescla sua análise conceitual com elementos do real, viaja dos conceitos à realidade e dela para o mundo teleológico, realizando uma rica análise, colocando em tela suas preocupações com o entendimento da riqueza. Na abordagem a seguir aparecerá, a partir de seu sucessor, as diferenças que a economia política explicitará entre as categorias econômicas: *riqueza e valor*.

RICARDO

David Ricardo (1772-1823) aparece como o principal sucessor do pensador escocês e supera alguns limites contidos na obra do mestre; avança na conceituação do valor, estabelecendo sua especificidade com relação à riqueza⁴, dentro de uma malha conceitual na qual o grau crescente de abstração permite ao seu corpo gnoseológico criar um sistema lógico-dedutivo que capta o objeto perseguido - determinar as leis da distribuição como teleologia da ciência econômica - em um espaço mais generoso da concreção do conhecimento. Desdobrando esta investigação, reitera o trabalho como fonte do valor e polemiza as conseqüências da teoria smithiana, opondo sua teoria integrada do valor à teoria da adição. No desenvolvimento destes princípios, e dentro da perspectiva do capital, chegou ao máximo de consciência possível (na ótica burguesa) no que tange à formulação desta lei.

³ Sobre os avanços e bloqueios smithianos, vejamos em um privilegiado trecho do livro clássico de Smith: "Esse trecho da *Wealth os Nations* encerra todas as ambigüidades da teoria do valor smithiana. O trabalho como origem do valor, aparece, inicialmente, mergulhado em seu caráter social, como trabalho 'para outro'; mas, enquanto medida de valor, se transforma em trabalho passado, objetivado em um objeto. De fato, a medida real do valor de troca dos bens acaba reduzindo a quantidade de mercadorias capaz de adquirir uma unidade de trabalho" (BELLUZZO, 1980:24).

⁴ "O esforço de Smith para construir uma teoria do valor referida à riqueza, ao trabalho e à sociabilidade capitalista ... representou, aos olhos de Ricardo, uma lamentável confusão entre riqueza e valor. Riqueza para ele significava apenas 'profusão de mercadorias', sem qualquer outra conotação. 'Valor, então, difere essencialmente de riqueza, porque o valor dependem da abundância, mas da dificuldade ou facilidade de produção'. Em conseqüência dessa radical separação entre riqueza e valor, abandonou-se totalmente o interesse pelas condições em que a riqueza se constitui. O ponto de partida deixou de ser o estudo das condições de multiplicação da riqueza, através da divisão do trabalho. O resultado não mais consistia na análise da acumulação do capital, entendida como caracterização de etapas historicamente delimitadas de crescimento econômico, e de condições de crescimento em cada situação histórica, como em Smith. O tema da acumulação foi subordinado exclusivamente às hipóteses sobre valor e distribuição. A teoria da acumulação transformou-se em simples decorrência do princípio da determinação da taxa de lucros." (COUTINHO, 1993:182)

No século XIX, a problemática da determinação da origem e evolução da taxa de lucro perdura. O economista inglês, desde o início de suas reflexões sobre a economia política, abraça esta questão como vimos nas palavras de Coutinho. Suas primeiras formulações estão registradas no panfleto de 1815, intitulado: *Ensaio sobre a influência de um baixo preço dos cereais sobre os lucros do capital*. Um texto instigante que traz implícitas as disputas das três classes envolvidas na produção capitalista.

Ricardo aborda a composição e evolução da taxa de lucro condicionadas ao comportamento da atividade agrícola, criando assim um modelo de interpretação econômica no qual a renda diferencial da terra ocupa um lugar de destaque. É o binômio lei da população e fronteira agrícola o marco da formação da taxa de lucro na agricultura. Estando as terras férteis restritas a quantidades limitadas, com o crescimento populacional necessariamente temos que migrar para regiões cada vez menos férteis. Portanto, as terras férteis gerarão rendas cada vez maiores. Na disputa pela repartição do *surplus* criado pelo trabalho acirram-se as contradições entre o capital agrário e o industrial. Saindo na defesa do segundo grupo, Ricardo clama pelo fim da proibição das importações dos cereais. É contra as Leis do Trigo. Devemos importar cereais, estabelecer a livre concorrência e permitir o barateamento do custo da força de trabalho. Aí está o busilis da repartição do produto da produção.

Porém, o documento não desenvolve de forma plena todas as contradições implícitas na problemática do valor. Ricardo é obrigado a voltar a esta questão e, desta vez, via teoria do valor trabalho em toda a sua amplitude. Para tal, inicia seu debate com Smith retomando a determinação do valor pelo trabalho⁵.

A obra do economista inglês representa uma Teoria do Capital na tradição que vem desde Quesnay, com sua discussão sobre os adiantamentos, seguida por Smith na singularização sobre os lucros e o capital. No que tange a Ricardo temos: “o mérito de ter subordinado ao capital a totalidade do sistema” (COUTINHO, 1993:210).

Foi uma obra centrada na taxa de lucro enfocando os conflitos distributivos. Destarte, capital e concorrência ganham evidência analítica e evoluem para a análise das vantagens comparativas no comércio internacional. Baseada em um corpo científico

⁵“A maneira pela qual Ricardo propõe a teoria do valor-trabalho permite-lhe pelo menos num primeiro momento evitar as ‘incoerências’ de A. Smith a esse respeito. Para Ricardo parece evidente que a quantidade de trabalho contida numa mercadoria não é afetada pela maior ou menor remuneração percebida pelos trabalhadores. (...) A medida de valor é o tempo de trabalho contido na mercadoria (grifo do autor). (...) Portanto, para Ricardo, a lei do valor, medido pelo tempo de trabalho cristalizado nas mercadorias, preside, sem exceção, o processo de troca na sociedade capitalista. E, neste tempo de trabalho, Ricardo inclui não só o trabalho imediato, mas também o trabalho gasto na fabricação dos ‘instrumentos, ferramentas e edifícios com que se complementa o trabalho imediato’ ” (BELLUZZO, 1980:39-40).

edificado com rigor, a teoria ricardiana colocou a ciência econômica nos parâmetros universais. Posteriormente, tendencialmente, as diferentes correntes do pensamento econômico - inclusive os dissidentes das suas conclusões teóricas -, reconhecem a validade de suas formulações⁶.

Após a morte de Ricardo, na Inglaterra, há uma reação do pensamento oficial com relação à sua obra e, principalmente, à concepção de valor que ela continha. Há uma negação da teoria do valor trabalho e desenvolve-se no pensamento dominante uma teoria apologeta (vulgar, segundo a ontologia marxiana) da produção capitalista.

Na sequência, Marx aparece, realizando sua contribuição crítica às formulações da economia política clássica, construída na *perspectiva do capital*. Estuda profundamente os dois maiores representantes do pensamento econômico clássico, Smith e Ricardo, junto com outros importantes autores. Sinaliza os avanços e bloqueios da teoria econômica até aquele momento e nos oferece a sua compreensão do valor trabalho na *lógica do trabalho*.

Na segunda metade do século XIX, surge o marginalismo (teoria do valor utilidade) com Walras (1834-1910), Jevons (1835-1882) e Menger (1840-1921). Não é aqui o local adequado para a análise desse processo, mas a sua menção serve apenas como contraponto à teoria do valor como produto histórico e sua relação com as diferentes angulações sociais. Mas a lembrança é pertinente, visto que, na história do pensamento econômico, tradicionalmente, os textos nos autorizam a afirmar a existência de dois grandes veios de investigação científica ao redor da teoria do valor: o valor trabalho e o valor utilidade.

Com relação ao tema em tela, é mister lembrar que será o movimento dos trabalhadores, a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, que irá resgatar e desenvolver a teoria do valor trabalho, quando abandonada pelas hostes ligadas à perspectiva do capital. É com a evolução deste movimento que se encontram as respostas: de um lado, para este abandono pelos representantes do sistema da teoria que foi berço da ciência econômica; e de outro, para o resgate dessa perspectiva pela oposição a este mesmo sistema.

⁶ “Temos, enfim, com Ricardo, um sistema dedutivo completo de economia política. Isso não significa desconhecimento da realidade imediata. Pelo contrário, o sistema é totalmente apegado a ela, em uma dupla dimensão. De um lado, volta-se sempre à elucidação dos problemas econômicos correntes. As intervenções de Ricardo no debate econômico, e o destino último de sua obra, têm cunho instrumental em relação às questões candentes da política inglesa (...). De outro lado, o sistema é uma abstração das relações econômicas fundamentais do capitalismo e, nesta medida, concreto” (COUTINHO, 1993: 214-215).

Toda esta trajetória da ciência econômica, segundo os parâmetros gnosiológicos deste trabalho, reflete o desenvolvimento da materialidade social e os conflitos entre os diferentes grupos na disputa pela participação na riqueza gerada. Ao enfrentarmos a relação entre o saber existente neste período (séculos XVIII e XIX) e a organização dos trabalhadores, ou seja, a análise de como um momento interfere no outro, percebemos de um lado como a teoria econômica entende a luta dos trabalhadores e, de outro, como as suas organizações abraçam ou criticam esta produção teórica. A teoria econômica — enquanto produtora das categorias analíticas — busca explicar o tecido econômico, ou seja, como os espaços de combate criados pelos trabalhadores ao longo da história social refletem as disputas dos grupos que validam ou criticam a forma como é criada e distribuída a riqueza material. Logo, existe um duplo movimento a ser percebido e explicado entre teoria econômica e história.

Na ontologia do ser social encontramos, nos seus momentos reais: material e ideal, a produção e a reprodução da existência como o substrato da vida dos homens. O conhecimento especializado desta condição humana surge como síntese de uma longa trajetória, sendo que a discussão sobre a economia está presente em diferentes textos desde a Antiguidade (por exemplo, o pensamento aristotélico e sua tematização sobre a origem do valor, tendo como fonte a necessidade), passando pela era mercantilista (o valor e sua determinação na esfera da circulação), com destaque para o pensamento fisiocrático (valor e custos de subsistência dirigindo o enfoque na direção da produção) e, finalmente, a teoria do valor da escola britânica (Smith e Ricardo) no período da industrialização nascente.

Frisamos, na linha do que já foi aludido, que a teoria econômica, na sua interface tanto com a história econômica assim como com a história do pensamento econômico, revela um *locus* para o saber científico: a análise da ciência econômica na sua inter-relação com os movimentos dos trabalhadores. Trata-se de um veio rico em determinações que revelam, de um lado, o grau de desenvolvimento alcançado pela teoria produzida em cada época e, de outro, o amadurecimento das lutas em todos os seus níveis: político, social e cultural; assim como nos permite, na verificação analítica desta correlação, medir o crescimento, aprofundamento e influências mútuas de todos os aspectos da vida social, contemplando um caminho em direção à totalidade da apreensão cognitiva, mesmo que em nuances diferenciadas do ponto de vista da concreção realizada.

Capital&Trabalho

Olhando para os séculos XIX e XX através de várias fontes relevantes, enxergamos as organizações européias que dão origem aos movimentos dos trabalhadores.

Jean Sagnes, que dirigiu os trabalhos geradores da coletânea sobre a história do sindicalismo, frisou, na sua introdução geral, que esta história seria antes de tudo a história dos trabalhadores ⁷. E preocupou-se em registrar as manifestações reivindicativas desta camada social desde os primórdios, mesmo nas suas formas mais primitivas. Mesmo consciente de que o movimento amadurece com o desenvolvimento da Revolução Industrial e o conseqüente aumento dos trabalhadores, sinalizou os acontecimentos embrionários, formando um rico desenho histórico do ser operário.

Conta-nos este autor, que tanto na Europa como na América do Norte, os impulsos genéticos estão traduzidos nas associações com características fraternais, que mantêm as caixas de socorro e lutam por constituir uma legislação e práticas que protejam o trabalho manual. É a pré-história da constituição dos sindicatos modernos.

Algumas destas entidades, anteriores ao período afirmativo, merecem destaque, tais como a dos tipógrafos, fundada em Madri em 1597 - certamente uma das mais antigas. Na Inglaterra do século XVII, cada tipografia possuía uma “capela” de camponeses. Na França temos a associação dos trabalhadores de feltro de 1696 - criada explicitamente para reivindicar aumento salarial dos seus membros. Já no século XVIII, na Inglaterra, vemos a multiplicação das associações combativas, de tal sorte que o ano de 1718 registra suas pretensões de determinar os preços dos produtos fabricados pelos mestres.

Ainda na Inglaterra, a radicalidade que assumiu a Revolução Puritana⁸, no século XVII, deixou uma tradição de lutas que aparecerá na Sociedade Londrina de Correspondência de 1792 - organização reivindicativa -, influenciada pelo jacobinismo francês.

Todos estes organismos, constitutivos da primeira hora do movimento dos trabalhadores, estão pautados por ações ainda tímidas do ponto de vista mais orgânico

⁷ Ver sobre este tema, SAGNES (1994).

⁸ Hill retrata este período: “Mais ou menos entre 1645 e 1653 procedeu-se na Inglaterra a uma enorme contestação, questionamento e reavaliação de tudo. Foram questionadas velhas instituições, velhas crenças, assim como velhos valores” (HILL, 1987:31).

da causa trabalhista estão voltados para os interesses mais imediatos, porém, começam a construir uma senda que, paulatinamente, dará lugar a lutas mais arrojadas.

Droz, quando organizou a coletânea sobre a história do socialismo, também refletiu sobre os principais momentos germinativos das organizações operárias. Lembrou-nos a importância da *Liga dos Proscritos* (1834). Esta associação, que estampava seu caráter democrático com filiação republicana, surgiu na capital francesa. Seus membros eram exilados germânicos que, buscando abrigo no solo parisiense, trouxeram sua experiência organizacional e militaram na oposição aos ditames do capital. Dois anos após o seu surgimento, em 1836, há uma cisão das lideranças mais aguerridas e surge daí a *Liga dos Justos*, que se expande com alguma velocidade. Será desta associação que nasceria em 1847, a *Liga dos Comunistas*.

A grande referência no plano intelectual, a bússola ideológica que animava tais movimentos, era a ala mais combativa das jornadas revolucionárias francesas. E o nome de Babeuf (1760 e 1797) é, sem dúvida, o destaque maior.

Para a época, o babuvismo representou uma crítica aos limites históricos da era revolucionária, porém, não avançou para além do protoc comunismo; carregava uma visão ingênua do comunismo; no plano da economia, foi este pensamento dominado por uma visão distributivista da produção com marcas igualitaristas. O próprio Marx registrou sua crítica a estas formas embrionárias de protesto contra as inequações do capitalismo. Um desses momentos aparece no *Manifesto de 1848*. Era marcante em Marx a crítica contundente em todos os níveis. E, com relação ao corpo doutrinário babuvista, ele não deixou de fazê-la desta forma.

No *Manifesto do Partido Comunista*, fica claro o real lugar em que o filósofo alemão colocava a contribuição de Babeuf. Classificado o ideário de Babeuf como literatura que representou o proletariado durante as grandes revoluções, assim como portador de grandeza e dignidade, estes escritos, segundo Marx, apresentavam debilidades, ainda que historicamente compreensíveis. É compreensível o tom marxiano, haja vista que o autor alemão, na sua época, enfrentava alas do movimento socialista, que evocavam esta forma de protesto - baseado no igualitarismo - como o ideal a ser seguido.

Engels, inclusive, também faz uma alusão crítica aos limites do ascetismo como forma de protesto diante das questões sociais. Em sua obra *As Guerras Camponesas na Alemanha*, diz que esta austeridade ascética mostra-se como uma das fases necessárias de passagem, “sem a qual a camada inferior da sociedade nunca se poderá pôr em

marcha” (Engels, 1977:55). Para deslanchar sua força revolucionária, para assumir sua consciência hostil frente aos outros grupos sociais, necessita despir-se dos elementos que possam harmonizá-la com o *status quo*.

Indicado, ainda que numa primeira aproximação, dentro dos limites deste trabalho, tentamos dar os contornos iniciais da gênese do movimento dos trabalhadores, lembrando que a continuação desta tradição será à época das revoluções democrático-burguesas européias, sendo a *Liga dos Comunistas*, como assinalamos acima a forma organizacional das hostes do trabalho. Porém, antes de sinalizarmos este movimento, na seqüência, desenvolveremos alguns elementos que configuram os chamados *socialistas utópicos*.

Socialistas Utópicos

O que se convencionou chamar *Socialismo Utópico* está identificado em vários autores. Com relação ao nosso texto, realçaremos como *socialistas utópicos*: Saint-Simon, Owen e Fourier. Esses três pensadores são os mais identificados com esta discussão, quando ela aparece denominada de socialismo utópico, apesar de que o conceito utópico, ligado à problemática do socialismo, possa ser aplicado a outros produtores intelectuais, assim como a determinados segmentos desse movimento ao longo do processo histórico⁹.

Engels nos situa diante da obra desses pensadores, revelando-nos os limites de sua teoria social, enquanto teoria que explica o movimento do real, assim como a solução utópica apresentada como a alternativa para a mudança desta mesma realidade. Principalmente, dentro desta teoria: suas visões mitificadas do poder da razão, enquanto instrumento absoluto da transformação da realidade. A nova sociedade que nascera sob o poder das armas, engendrara novas contradições e criara um novo espaço de lutas, refletindo novos interesses. A razão iluminadora, por si só, não daria conta da nova equação, seria necessário construir os novos caminhos e convencer a sociedade da sua

⁹ "Traço comum aos três (Saint-Simon, Owen e Fourier) é que não atuavam como representantes dos interesses do proletariado, que entretanto surgira como um produto histórico. Da mesma maneira que os enciclopedistas, não se propõem emancipar primeiramente uma classe determinada, mas, de chofre, toda a humanidade. E assim com eles, pretendem instaurar o império da razão e da justiça eterna. Mas entre o seu império e o dos enciclopedistas medeia um abismo. Também o mundo burguês, instaurado segundo os princípios dos enciclopedistas, é injusto e irracional e merece, portanto, ser jogado entre trastes inservíveis, tanto quanto o feudalismo e as formas sociais que o antecederam. Se até agora a verdadeira razão e a verdadeira justiça não governaram o mundo é simplesmente porque ninguém soube penetrar devidamente nelas. Faltava o homem genial, que agora se ergue ante a humanidade com a verdade, por fim descoberta. O fato de que esse homem tenha aparecido agora, e não antes, o fato de que a verdade tenha sido por fim descoberta agora, e não antes, não é, segundo eles, um acontecimento inevitável, imposto pela concatenação do desenvolvimento histórico, e sim porque o simples acaso assim o quis. Poderia ter aparecido quinhentos anos antes, poupado assim a humanidade quinhentos anos antes de erros, de lutas e de sofrimentos” (Marx&Engels, 1977b:29).

necessidade de mudança. Para tal, é preciso algo mais, que implique tanto o plano discursivo como o plano prático, ou seja, ações. É a junção de ambos os planos. Mas esta *praxis* só poderia surgir com o próprio desenvolvimento social.

No pensamento marxiano estão colocados os limites do entendimento do poder da razão nestes autores. Assim como ilustra o pensamento dos filósofos. franceses do séc. XVIII, ao fazer a mediação esclarecedora com o socialismo utópico, mostrando que uma das marcas desta vertente filosófica é apelar para a racionalidade como fiel da balança de tudo. A solução das mazelas humanas seriam resolvidas no *Estado racional*, que não avançava para além da caricatura do homem idealizado da classe média na suma metamorfose burguesa. Porém, quando a realidade se concretizou nas consequências revolucionárias, os avanços reais revelaram os seus limites¹⁰.

A tranquilidade almejada eram, na verdade, as intermináveis guerras de conquistas. As contradições geradas nas diferenças sociais aprofundaram-se e a liberdade aparecia em toda a sua nudez, ou seja, era antes de tudo a liberdade da compra e venda da força de trabalho — parametrada no contrato. Livres para venderem-se no mercado se não quisessem morrer de fome.

O poder da razão tinha cumprido o seu papel político da era das transformações; agora, era preciso ir além da sua apologia e instrumentalizar as novas forças revolucionárias na adequada síntese razão e prática, ou seja *praxis*. Neste sentido, dimensionar o socialismo utópico, aprender com suas teorias, retiram a cortina de fumaça de uma possível mudança por determinação absoluta.¹¹

Mas os limites do desenvolvimento histórico do capitalismo, nos inícios deste século, deram os contornos da produção teórica desses críticos das agruras do sistema. O próprio estágio, ainda modesto, do desenvolvimento social gerou essas formas de pensar e apreender a realidade social. A indústria inglesa era ainda desconhecida na França. E só esta desenvolve, de um lado, os embates que impulsionam a transformação do modo de produção capitalista - embates que eclodem não só entre as grupos sociais criados por essa grande indústria, mas também entre as forças produtivas e as formas de distribuição por ela criadas - e, de outro lado, desenvolve também nas forças produtivas

¹⁰ "redundou que as novas instituições, por mais racionais que fossem em comparação com as antigas, distavam bastante da razão absoluta. O Estado da razão falira completamente. O contrato social de Rousseau tomara corpo na época do terror, e a burguesia, perdida a fé em sua própria habilidade política, refugiou-se, primeiro na corrupção do Diretório e, por último, sob a égide do despotismo napoleônico" (Marx&Engels, 1977, p. 29/30).

¹¹ Ilustrando as diferentes contribuições, sabemos que em 1802, publicam-se as *Cartas de Genebra de Saint-Simon*; após seis anos, em 1808, Fourier torna pública sua primeira obra, porém, a sua teoria data de 1799; no ano de 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark.

os meios para superar esses conflitos. A insipiência teórica não faz mais do que refletir o estado inicial da produção capitalista, como também do estágio das contradições entre as classes. “Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar” (MARX&ENGELS, 1977b:31).

Esta visão ainda limitada das condições da produção e reprodução do sistema não consegue evoluir para uma sistematização mais profunda sobre a economia capitalista, distante, portanto, da formulação de uma teoria do valor que ultrapassasse o universo burguês. O mesmo raciocínio vale para os socialistas ricardianos, como abordaremos no próximo item. No máximo, esses pensadores formularam, no plano das idéias, um

sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio de propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias” (MARX&ENGELS, 1977:31).

Logo, como podemos atestar em alguns textos clássicos sobre o tema, o pensamento socialista utópico pautou, durante o século XIX, o pensamento socialista europeu.¹² Nele o socialismo aparece como sendo a verdade absoluta, a razão e a justiça; basta tomar consciência destes princípios e conquistar o mundo. Para tal, não era necessário delimitar as condições em que tal fenômeno ocorreria, bastava sua revelação. Ir além desta utopia se traduziria em colocar o socialismo no terreno da realidade e foi esta a tarefa maior do período seguinte: *o socialismo científico*.

Socialistas Ricardianos

Após a morte de Ricardo na Inglaterra, houve uma reação ao seu pensamento. Os representantes da teoria econômica oficial temiam as consequências que podiam ser tiradas da teoria do valor trabalho. Segundo Maurice Dobb, em sua obra *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*,

o avolumar de críticas a Ricardo, nos anos que se seguiram à sua morte, foi motivado principalmente pelas suas teorias do valor e do lucro; em segundo lugar, pela sua teoria da renda, pelo menos tanto quanto esta era apresentada de modo a considerar os interesses do proprietário da terra opostos ao interesse social. O professor R. L. Meek explicou a veemência e rápido êxito destas críticas pelo fato “de a maioria dos economistas estarem muitíssimo conscientes da perigosa utilização que alguns escritores radicais estavam a dar aos conceitos de Ricardo”; entre estes escritores incluía-se Thomas Hodgskin, em especial, e mais tarde outros “socialistas ricardianos (DOBB, 1977:128).

¹² “As concepções dos utopistas dominaram durante muito tempo as idéias socialistas do séc. XIX. Rendiam-lhe homenagens (...), todos os socialistas franceses e ingleses e a eles se deve o incipiente comunismo alemão, incluindo Weitling. (ENGELS, 197: 37).

De fato, a ciência econômica burguesa conhece o seu dobre de finados com a explicitação desta recusa da teoria do valor trabalho. Mais uma vez, segundo Dobb, o Professor Meek observa que “Marx viu o ano de 1830 como assinalando o fim da economia ‘ricardiana’ - e, de fato, não só da economia ‘ricardiana’ mas também da economia ‘clássica’ e até da economia ‘científica’. A partir daí, os cientistas foram obrigados a ceder passo aos profissionais” (DOBB, 1977:126).

Segundo Eric Roll, os socialistas ricardianos, esses militantes a favor dos trabalhadores, que no início do século XIX já procuravam denunciar a luta do trabalho contra o capital, poderiam ser descritos e analisados como seguidores dos ensinamentos da escola ricardiana. Orientavam as suas conclusões para sua ação revolucionária e gerar influência no meio sindical da época. A fidelidade da teoria econômica com a realidade industrial determinou suas conclusões socialistas. Era impossível não tirar do edifício ricardiano tais conclusões. E os socialistas ricardianos agiram nesta direção; podemos afirmar que sua ação é, desde o primeiro momento, a negação da fatalidade do trabalho sob o capital. E, como já assinalamos, os traços mais marcantes de sua perspectiva partem da teoria ricardiana do valor trabalho. Comungaram o princípio de que a quantidade de trabalho incorporado a uma mercadoria traduz a essência e a medida do valor de troca. Aceitaram também as diferenças existentes entre trabalho produtivo e improdutivo e todos eles aproximaram-se da noção de mais-valia.

Para a melhor compreensão dos socialistas ricardianos, junto com as características apontadas acima, é preciso, também, lembrar a sua interpretação revolucionária da teoria utilitarista: abraçaram o princípio utilitarista *da maior felicidade para o maior número*. Era a maior socialização da felicidade. Ao lado deste postulado vinha a crítica às instituições existentes, como resultado do radicalismo filosófico. A sociedade não era ideal e precisava ser julgada pelos princípios utilitaristas. O utilitarismo abriu caminho para as primeiras críticas destes socialistas.

Há especificidades dignas de menção entre os diferentes escritores identificados como socialistas ricardianos. Podemos afirmar, numa primeira aproximação, que William Thompson (1783-1833), juntamente com John Gray (1799-1850), estão muito próximo aos utilitaristas. Já John Francis Bray (1809-1895) e o próprio John Gray, com o desenvolvimento dos seus ideários, apresentaram idéias semelhantes às de Proudhon¹³.

¹³ Cabendo a ressalva de que os primeiros eram utópicos e combativos e este último, impregnado das ilusões pequeno-burguesas sobre o capitalismo, portanto aos olhos da análise marxiana, um romântico conservador.

As obras de Thompson, entre outros pontos, interpretam, a economia ricardiana e a filosofia de Bentham. Este autor denuncia os proprietários rurais e os capitalistas por reduzirem os salários ao mínimo possível e confiscarem todo o excedente do valor criado pelo trabalho, sustentando que os trabalhadores devem receber integralmente o valor do que produzem.

Dentre os economistas socialistas, Thomas Hodgskin talvez tenha sido mais contundente e convincente. É, sem dúvida, o mais referido, razão dos nossos comentários que se seguem, privilegiando-o entre os socialistas ricardianos. Alguns historiadores do pensamento econômico atribuem a este pensador o caráter de precursor do marxismo, por se encontrarem na sua obra os germes de muitas idéias marxianas. O próprio Marx reconheceu a obra precursora de Hodgskin.

Entretanto, Hodgskin não era um adversário da propriedade privada e reprovava o intervencionismo estatal na atividade econômica; defendia os sindicatos dos trabalhadores e dizia que só eles poderiam suprimir a exploração do trabalho pelo capital. Hodgskin, “conseqüente com suas convicções funda, juntamente com um escocês de nome Robertson, o *Mechanic's Magazine* e cria um Instituto de Mecânicos onde os operários pudessem aprender o indispensável sobre Química e Mecânica, mas também ‘a ciência da produção e distribuição da riqueza’” (HODGSKIN, 1983: 294).

Meek lembra que a obra de Hodgskin, *Labour Defended Against the Claims of Capital*, foi publicada em 1825 e a sua *Popular Economy* em 1827, durante o período que influenciou os grupos pertencentes ao Instituto de Mecânica. Outro ponto de destaque é o parecer de James Mill acerca deste autor: Mill temia que seu pensamento quando divulgado, subvertesse a ordem estabelecida.¹⁴

Cole, afirma que Hodgskin demonstrou que o capitalismo é exploração, isto é, um sistema de produção em que uma classe privilegiada, sustentada pelo Estado, apropria-se de uma parte do produto dos trabalhadores, fundando assim a “Economia Proletária”. Apesar das insuficiências teóricas, trata-se de um marco na crítica da economia política.

Transparece, no que foi expresso acima, a importância deste autor, que tinha traços do pensamento anarquista, pois duvidava da capacidade do governo, mesmo se

¹⁴ “De todo o grupo de economistas deste período, desde Bailey até Longfield, disse o Professor M. Blaug: ‘É significativo que os escritores que atacaram as opiniões dos ‘teóricos do trabalho’ - Scropi, Read e Longfield - também foram alguns dos primeiros que propuseram a teoria do lucro pela abstinência. A este respeito, as inovações teóricas dos ‘economistas britânicos menosprezados’ não deixaram de estar relacionadas com a luta de classes de 1830... E se preferirmos considerar a teoria do valor do custo do trabalho como o cerne da economia ricardiana, seremos conduzidos a verificar que a influência vital de Ricardo terminou na década de 1830’.” (DOBB, 1977:128).

tratando de uma experiência democrática. Acreditava no conhecimento como alavanca na libertação dos trabalhadores, assim como a organização como arma para abolir os privilégios. Estes abolidos, não havia necessidade de governo. A forma da sociedade ideal a que Hodgskin almejava tinha os mesmos traços que a do resto dos precursores ingleses e franceses do socialismo. “Coube a Marx a tarefa de construir sobre estas mesmas bases uma teoria socialista diferente” (ROLL, 1977, p. 240). Marx, no vol. III de *Teorias da Mais-Valia*, analisa a obra dos socialistas ricardianos em geral, inclusive a de Hodgskin, como também a influência histórica destas idéias.

A Vertente Marxiana

Falar do marxismo como tendência do movimento dos trabalhadores pressupõe circunscrever adequadamente a vida e a obra de Karl Marx (1818-1883), assim como a de seu colaborador, Friedrich Engels (1820-1895). Pois, ao longo da vida dos dois fiéis amigos, perpassou a história do movimento dos trabalhadores e de suas organizações. Estes dois autores escreveram não só sobre o seu próprio momento histórico, na relação dos trabalhadores com a sociedade em geral, como também a história do movimento socialista desde a sua gênese. Debateram com as correntes de seu tempo e se posicionaram com relação às suas análises, sempre com firmeza e contundência. Ao olharmos para as suas idéias, olhamos para uma parte da história das idéias e práticas ligadas à perspectiva do trabalho.

Em 1837, numa carta dirigida ao pai, Marx reitera essa vocação. Dos 19 aos 23 anos de idade (1837-1841), conclui sua fase estudantil com a apresentação de sua tese de doutorado, intitulada: *Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*, à Universidade de Iena. Nessa época, Marx ainda aspirava ao cargo de *dozent* na Universidade de Berlim. Sua postura crítica, já explicitada publicamente, incompatibilizou-o com aquela Instituição. Isto posto, Marx abandona a idéia de participar da vida acadêmica e começa a trabalhar como jornalista.

Ele mesmo, no Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (1850), oferece-nos um traçado evolutivo de sua vida e obra de 1842 a 1859, quando menciona sua necessidade de debruçar-se sobre as questões econômicas. Relata que, diante da deliberação do Parlamento renano sobre o roubo da madeira e parcelamento da propriedade fundiária, assim como a polêmica sobre a situação dos camponeses do Mosela e a problemática do livre-câmbio, viu-se seduzido a estudar economia política de forma sistemática. Ou seja, no início de sua profissão como jornalista, já se coloca criticamente diante do tecido social e privilegia o lugar da economia diante do todo. E,

ao fazê-lo, já sente necessidade de dar conta da teoria econômica numa perspectiva também crítica. Como se vê, o filósofo alemão, desde muito cedo, dedica-se totalmente à meditação e teorização da realidade. Em 1843, Marx reve a crítica da filosofia política de Hegel, escrevendo uma "Introdução", que integrará um dos textos nos *Anais Franco-Alemães de 1844*, ao lado d'A *Questão Judaica* e do texto de Engels *Esboço Para uma Crítica da Economia Política*.

Os resultados das passadas acima refletem-se no desenvolvimento de ambos. Ainda no ano de 46, eles organizam uma rede de comitês comunistas de correspondência, cujo objetivo era "relacionar os socialistas alemães com os franceses e manter os estrangeiros informados quanto aos movimentos socialistas na Alemanha, e informar os alemães na Alemanha dos processos do socialismo na França e na Inglaterra" (Marx, 1987, p. 18).

Dessa forma, para Marx e Engels, diferenças de pontos de vista poderiam ser esclarecidas, poder-se-ia chegar a uma troca de idéias e à construção da crítica imparcial. Esta postura levaria o movimento a aproximar-se da internacionalização.

Outro exemplo, de calibre idêntico ao mencionado acima, é uma das reuniões do Comitê de Correspondência de Bruxelas, em que, ao se discutir a questão da propaganda política na Alemanha, Marx diz ser um verdadeiro engano toda investida em galvanizar o povo sem lhe oferecer sólidas bases para a sua ação. Nas suas palavras temos: "Em particular, dirigir-se na Alemanha aos operários sem possuir idéias rigorosamente científicas e uma doutrina concreta equivaleria a levar a cabo um jogo desonesto e inútil, uma propaganda em que estaria suposto, de um lado, um entusiasmo apotético e, doutro, simples imbecis escutando de boca aberta" (MARX, 1987, p. 19).

Tanto num caso como no outro, podemos reconhecer as características da atuação marxiana dentro do movimento dos trabalhadores: precisão nas informações e seriedade científica na atuação. Pois, como ele próprio mencionou uma vez, sua postura não coadunava com o esporte de fazer revoluções, ao contrário, a ação deve sempre estar pautada em análises concretas da realidade. Tal raciocínio também é válido para Engels.

Dentro desse roteiro, cabe agora frisar o ano de 1847, data da publicação de *A Miséria da Filosofia*. Esse momento da evolução marxista é fundamental para o nosso estudo. Nessa obra, há uma importante elaboração acerca do valor (apesar dos limites que serão superados na fase econômica posterior), assim como sua crítica aos limites da escola dos socialistas ricardianos e a oposição enérgica às concepções de Proudhon.

Enfim, falar do marxismo é percorrer o debate dentro do movimento dos trabalhadores. Na oposição, ou na reafirmação (algumas vezes feita de forma problemática) de suas idéias, é obrigatória a referência a Marx e Engels. Não há como esquecê-los. E uma das lembranças mais significativas é o texto intitulado *O Manifesto do Partido Comunista de 1848*, que no ano de 1998 comemorou 150 anos. Marx e Engels recebem da Liga dos Comunistas a incumbência de redigi-lo durante o Congresso de Londres de 1847. No Prefácio de 1859, em função da sua importância, o *Manifesto* é referido por Marx como um dos momentos de sua evolução teórica e prática, juntamente com as duas conferências que viraram publicações: *O Discurso Sobre o Livre-Comércio e Trabalho Assalariado e Capital*. A análise dos diferentes prefácios dos vários lugares do mundo onde o *Manifesto* é traduzido e publicado, nos dá uma dimensão da própria evolução do movimento. As edições atuais costumam reunir a evolução dos prefácios.

Mas o ano de 1848 também tem de ser lembrado em função do marco histórico que representa na história das revoluções do século XIX:

No início de 1848, o eminente pensador francês Alexis de Tocqueville tomou a tribuna na Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus compartilhavam: ‘Nós dormimos sobre um vulcão. Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte’. Mais ou menos no mesmo momento, dois exilados alemães, Karl Marx com trinta anos e Friedrich Engels com vinte e oito, divulgavam os princípios da revolução proletária para provocar aquilo que Tocqueville estava alertando a seus colegas, no programa que ambos tinham traçado semanas antes para a Liga Comunista Alemã e que tinha saído publicado anonimamente em Londres, por volta de 1848, sob o título (alemão) de *Manifesto do Partido Comunista*, ‘para ser publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês’. Em poucas semanas, ou, no caso do *Manifesto*, em poucas horas, as esperanças e temores dos profetas pareceram estar na iminência da realização. A monarquia francesa tinha sido derrubada por uma insurreição, a república proclamada e a revolução européia tinha iniciado” (HOBSBAWM, 1982, p. 29/30).

Sob o influxo da Revolução de Fevereiro em Paris, deu-se a *Revolução de Março de 1848* na Confederação Germânica, movimento precipitado pelos acontecimentos da Revolução na França¹⁵. Também apareceu, naquele ano, em Colônia - Província do Reno -, a *Nova Gazeta Renana*, diário que foi considerado o Órgão da Democracia.

Já mencionamos anteriormente a Liga dos Comunistas, que resultou da transformação da Liga dos Justos em 1847, na capital inglesa. Porém, cabe lembrar que esta cinde-se em 1850, em face da proposta de desaquecimento de suas atividades, feita por Marx e Engels, dado que a onda revolucionária de 48 se amainara e uma nova fase de prosperidade capitalista se desenvolvia. E concluindo o referente à Revolução de Março, em 1852, é instaurado um processo contra os comunistas de Colônia. Com este

¹⁵ Para uma análise deste período ver os registros contidos no livro clássico de K. Marx *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

termina o primeiro período do movimento operário comunista na Alemanha. Após a condenação, a Liga foi dissolvida - ela que havia sido, apesar de toda a sua debilidade, a única organização revolucionária de importância.

Após esse período, Marx retorna ao gabinete de estudos. Com relação à passagem de um momento a outro - da *Revolução de Março* à volta aos estudos - , o filósofo alemão nos diz que a publicação da *Nova Gazeta Renana* (*Neue Rheinische Zeitung*) e os acontecimentos sucessivos impediram a continuação de seus estudos econômicos, que recomeçaram em Londres (1850). Teve à sua disposição o vasto material do Museu Britânico e o ambiente favorável daquela cidade como torre de observação da sociedade burguesa e o novo momento histórico-social com marcos significativos, como a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália. Todos estes eventos, somados, por si só justificavam uma nova empreitada de estudos e, agora, abrangendo outras disciplinas. Segundo o filósofo da práxis, adiciona-se-se a toda esta atividade:

a necessidade imperiosa de exercer uma profissão para ganhar a vida que me reduziu o tempo disponível. Minha colaboração, já de oito anos, com o primeiro jornal americano, o *New-York Tribune*¹⁶, tem exigido uma extraordinária dispersão dos estudos, uma vez que apenas excepcionalmente me ocupo com o jornalismo propriamente dito. Contudo, artigos sobre fatos econômicos de destaque, ocorridos na Inglaterra e no continente, constituem uma parte tão significativa da minha contribuição que me vi obrigado a familiarizar-me com pormenores que ficam fora do ramo da ciência da Economia Política propriamente dita (MARX, 1982, p. 27).

Em junho de 1877, Engels escreve uma nota biográfica sobre Marx, que foi publicada no *Almanaque Volkslender*, Brunswick e, que nos dá a exata medida do período que agora se inicia na vida e obra do filósofo alemão. Período, aliás, em que a sua atuação é intensa, e como já dissemos anteriormente com relação à vida de ambos, está entrelaçado com o movimento dos trabalhadores.

Na seqüência,

o movimento operário em diversos países da Europa voltara a fortalecer-se em tal medida que Marx pôde pensar em pôr em prática um desejo há muito tempo acalentado: fundar uma associação operária que abrangesse os países mais adiantados da Europa e da América e que devia personificar, por assim dizer, o caráter internacional do movimento socialista, quer perante os próprios operários, quer perante os burgueses e os governos, para animar e fortalecer o proletariado e atemorizar seus inimigos. A oportunidade para expor a idéia, que foi acolhida com entusiasmo, surgiu em um comício popular realizado no **Saint Martin's Hall** em Londres, a 28 de setembro de 1864, a favor da Polônia, que voltava a ser esmagada pela Rússia. Fundava-se assim a **Associação Internacional dos Trabalhadores**. Na assembléia foi eleito um **Conselho Geral** provisório sediado em Londres. A alma desse Conselho Geral, como dos que se seguiram até o Congresso de Haia¹⁷, foi Marx. Ele

¹⁶ *New-York Daily Tribune* - jornal americano, que existiu de 1848 a 1924. Nas décadas de 40 e 50, o jornal assumiu um caráter progressista e se engajou contra a escravidão. A colaboração de Marx começa em agosto de 1851 e se estende até março de 1862. Uma boa parte dos artigos foi escrita por Engels, por solicitação de Marx. Os artigos de ambos nesse jornal tratam de questões importantes do movimento operário, de política interna e externa, e do desenvolvimento econômico dos países europeus, como também de questões ligadas à expansão colonial e aos movimentos de libertação nos países dominados e dependentes.

¹⁷ "Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, realizado de 5 a 7 de setembro de 1872, na cidade de Haia, Holanda, marcado pelo debate entre as concepções marxistas, que defendiam a necessidade de construção de um partido político operário e as concepções dos anarquistas partidários de Bakunin. Termina com a vitória das

redigiu quase todos os documentos lançados pelo Conselho Geral da Internacional, desde o Manifesto Inaugural de 1864, até o manifesto sobre a guerra civil da França em 1871. Pormenorizar a atuação de Marx na Internacional equivaleria a escrever a história dessa mesma associação que, de resto, vive na memória dos operários da Europa (Engels, 1988, p. 103/4).

É muito importante olhar-se para esse período da história do movimento dos trabalhadores, pois nele está a formulação da teoria do valor trabalho¹⁸ na sua superação crítica, como prévia-ideação da compreensão do movimento do próprio capital e do capitalismo, assim como a construção da Internacional dos Trabalhadores - marco fundamental na história das suas organizações.

Outro marco importante a ser resgatado, que mantém um vínculo estreito entre a formulação teórica da problemática do valor e o movimento socialista, é o **Congresso de Gotha**. Em função desse evento, foi redigido um programa¹⁹ de pretensão socialista, ao qual Marx e Engels se posicionaram totalmente contrários. Marx registrou sua discordância numa obra póstuma publicada por Engels, em 1891. Neste, temos oportunidade não só de conhecer melhor as propostas marxianas sobre o valor, como também apreender melhor suas formulações acerca do comunismo.

Sabemos que os últimos anos de vida de Marx foram marcados pela doença que impediu a continuidade de sua obra. Os volumes II e III d'*O Capital* foram elaborados por Engels e uma das filhas do pensador alemão, tendo em vista uma maneira acabada para publicação. Mas, mesmo não concluindo sua obra, deixou-nos um imenso legado.

LITERATURA CITADA

BELLUZZO, Luis G. M. *Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. São Paulo:Brasiliense, 1980.

COUTINHO, Maurício C. *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo:HUCITEC, 1993.

posições defendidas por Marx e Engels, é aprovada a mudança do Conselho Geral para New York, e Bakunin e Guillaume são expulsos da AIT. Marx ... tinha consciência da necessidade de transferir a Internacional para fora do alcance das posições anarquistas tão nefastas ao movimento operário internacional. Após o encerramento do Congresso, Marx demite-se do Conselho Geral, sem contudo abandonar a Internacional.” (Engels, 1988, p. 112).

¹⁸“Como primeiro fruto de seus longos estudos econômicos apareceu em 1859 a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, cujo primeiro caderno se publicou em Berlim. Esta obra contém a primeira exposição sistemática da teoria do valor de Marx, incluindo a teoria do dinheiro (...). Por fim, em 1867, apareceu em Hamburgo o primeiro tomo de *O Capital - Crítica da Economia Política*, a principal obra de Marx, em que são expostas as bases de suas idéias econômico-socialistas e os aspectos fundamentais de sua crítica da sociedade existente, do modo de produção capitalista e de suas consenquências. A Segunda edição dessa obra foi publicada em 1872 e o autor dedica-se atualmente à preparação do segundo tomo” (ENGELS, 1988, p. 103).

¹⁹ A crítica do Programa de Gotha de Marx foi publicado por Engels a contra-gosto da direção da Social-Democracia alemã. Este Congresso se reuniu em 1875. Nele uniram-se as duas organizações operárias alemãs existentes àquela época: o Partido Operário Social-Democrata (os eisenachianos), dirigido por Liebknecht e Bebel, e a Associação Geral dos Operários Alemães, organização lassaliana dirigida por Hasenclever, Hasselmann e Tölcke, para formar uma organização única: o Partido Socialista Operário da Alemanha.

DOBB, Maurice. *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*. Portugal:EditorialPresença, 1977.

DROZ, Jacques. *História Geral do Socialismo I*. Lisboa:Livros Horizonte, 1976.

ENGELS, Frederic. *As Guerras Camponesas na Alemanha*. São Paulo:Grijalbo, 1977.
 _____. *Karl Marx*. São Paulo:Ensaio, 1983.

HILL, Christopher. *O Mundo de Cabeça para Baixo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital - 1848-1875*. 3ª, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HODGSKIN, T. *A Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capitalismo*. Apresentação de Paulo H. R. Sandroni. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Os Economistas.

MARX, Karl. *A Burguesia e a Contra-Revolução*. Apresentação J. Chasin. São Paulo, Ensaio, 1987. Cadernos Ensaio-Série Pequena Formato I.

_____. *18 Brumário de Luiz Bonaparte e Cartas a Kegelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

MARX&ENGELS. *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977a.

_____. *Textos I*. São Paulo:Edições Sociais, 1977b.

ROLL, Eric. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo:Cia Editora Nacional, 1977.

SAGNES, Jean. *Histoire du syndicalisme dans le monde: des origines à nos jours*. Toulouse:Editions Privat, 1994.

SHUMPETER, Joseph A . *Historia del Analisis Economico I*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.